Artigo

MAL-ESTAR NA SOCIEDADE GERENCIAL: REFLEXÕES ACERCA DA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E O CULTO DA PERFORMANCE

Malestar en la sociedad gerencial: reflexiones sobre la gubernamentalidad neoliberal y el culto al rendimiento

Malaise in managerial society : reflections on neoliberal governmentality and the cult of performance

RESUMO:

Este ensaio teórico explora a transição do modelo fordista-keynesiano para o neoliberalismo, analisando como essa mudança moldou a subjetividade dos trabalhadores e como redefiniu a relação do trabalhador com o trabalho ao promover a individualização e a competição generalizada. A pesquisa investiga a construção do indivíduo como uma empresa de si, incentivado a gerenciar a si mesmo com técnicas de controle que visam a maximização do desempenho. Argumenta-se que essa dinâmica gera um sofrimento comum, uma patologia da normalidade, expressa no aumento significativo de diagnósticos de depressão e transtornos de ansiedade, oriundos da pressão constante por desempenho, produtividade e sucesso individual.

Palavras-chave: *Neoliberalismo; Governamentalidade; Gerencialismo; Subjetividade; Depressão.*

RESUMEN:

Este ensayo teórico explora la transición del modelo fordista-keynesiano al neoliberalismo, analizando cómo este cambio moldeó la subjetividad de los trabajadores y redefinió su relación con el trabajo al promover la individualización y la competencia generalizada. La investigación indaga en la construcción del individuo como una empresa de sí mismo, incitado a autogestionarse con técnicas de control orientadas a maximizar el rendimiento. Se argumenta que esta dinámica genera un sufrimiento común, una patología de la normalidad, expresada en el aumento significativo de los diagnósticos de depresión y trastornos de ansiedad, derivados de la presión constante por el rendimiento, la productividad y el éxito individual.

Palabras clave: *Neoliberalismo; Gubernamentalidad; Gerencialismo; Subjetividad; Depresión.*

FERNANDA UTUMI
https://orcid.org/0000-0002-5381-9023
Psicóloga na Secretaria de Desenvolvimento Social, Prefeitura Municipal de Uberlândia. Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia/MG, Brasil.
E-mail: fernandautumi@hotmail.com

ALESSANDRO GOMES ENOQUE
https://orcid.org/0000-0002-1766-0684
Doutor em Ciências Humanas (Sociologia e Ciência Política) pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Estágio pós-doutoral em Sciences Humaines pela École des Sciences de la Gestion (ESQ) da Université du Québec à Montréal (UQAM). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal (PPGEP/PONTAL) da Universidade Federal de Uberlândia/MG, Brasil.
E-mail: alessandroenoque@ufu.br

DOI: 10.5935/2175-1390.v25e22209

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons CC BY. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

ABSTRACT:

This theoretical essay explores the transition from the Fordist-Keynesian model to neoliberalism, analyzing how this shift shaped workers' subjectivity and redefined their relationship with labor by promoting individualization and widespread competition. The research investigates the construction of the individual as an enterprise of the self, encouraged to self-manage with control techniques aimed at maximizing performance. It is argued that this dynamic generates common suffering, a pathology of normality, expressed in the significant increase in diagnoses of depression and anxiety disorders, arising from the constant pressure for performance, productivity, and individual success.

Keywords: *Neoliberalism; Governmentality; Management; Subjectivity; Depression.*

INTRODUÇÃO

O período do pós-guerra pôs em curso "um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico" chamado de fordista-keynesiano" (Harvey, 2008, p. 119). Foi necessário produzir meios para adaptar o comportamento dos trabalhadores, de modo que correspondessem às expectativas das organizações. Por meio do poder corporativo e seus modos de gestão do trabalho, Ford buscou constituir um novo tipo de sociedade, formada por um novo sujeito, adaptado à produção e consumo em massa. O "dia de oito horas e cinco dólares" foi o mote da constituição de uma nova relação política de controle e gerência do trabalho, bem como de uma nova psicologia (Harvey, 2008 p. 121). Hebert Marcuse (2015) denomina *Homem Unidimensional* o sujeito produzido pela sociedade industrial, produto de uma época marcada pelo consumo de massa e pelo apaziguamento dos conflitos sociais. Esse processo gerou despolitização e uma subjetividade massificada, acrítica e despolitizada, porém satisfeita pelas possibilidades de acesso ao consumo, graças ao amplo acesso ao emprego.

No entanto, após as crises que ocorreram nos anos 1970, o estado de bem-estar entra em crise e inicia-se um processo de reestruturação do capitalismo, na qual a acumulação flexível vai, paulatinamente, assumindo a forma da organização do trabalho. Esta nova organização institui padrões baseados na flexibilidade de processos, de formas de contratação, de produção e padrões de consumo também flexíveis.

Assim como a sociedade de bem estar produziu homens unidimensionais, satisfeitos pelas condições sociais de acesso a mercadorias e pleno emprego, os padrões de relação constituídos nessa nova configuração do capitalismo produzem sujeitos em meio às demandas por flexibilidade, à ausência de garantias sociais e a necessidade de resposta individual a problemas sociais como, por exemplo, saúde e educação. A demanda por suportar pressão pela competição generalizada marca o trabalhador pela ansiedade, pelo esgotamento (*burnout*), pela depressão, como descritos por Byung-Chul Han (2017), pelo individualismo e pela corrosão do caráter, como exposto por Richard Sennett (2012).

Podemos compreender essa forma de acumulação flexível por meio das discussões sobre o neoliberalismo, tal como discutido por Pierre Dardot e Christian Laval (2016). Para os autores, o neoliberalismo opera como uma razão de governo baseada na generalização da competição como forma de organização e gestão social, tal como no livre mercado. Nesse sentido, todos os campos das relações sociais poderiam funcionar sob tal dinâmica.

A razão de governo neoliberal busca expandir a noção de que qualquer indivíduo, para obter sucesso, deve subjetivar-se como uma empresa. Deve ter a capacidade de gerir a si como um gestor empresarial, empregando de técnicas de controle de si semelhantes àquelas utilizadas na administração de pessoas, como em um setor de recursos humanos.

Nesse sentido, este ensaio teórico buscará analisar as condições que possibilitaram a expansão e o espraiamento do discurso neoliberal, tomando como elemento central o discurso gerencial como norma comportamental e ideal de subjetivação. Além disso, analisaremos os impactos e as possíveis relações entre esse discurso gerencial e as formas de sofrimento psíquico contemporâneo, em especial, a depressão e os transtornos de ansiedade.

CRISE DO FORDISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Construir a história de um fenômeno tão recente como a da crise do fordismo não é tarefa das mais fáceis. Dependendo do enfoque utilizado pelo autor, seus determinantes podem, sem dúvida, avançar ou recuar no tempo. Há, no entanto, um relativo consenso entre os estudiosos no sentido de que problemas estruturais dentro do capitalismo ocorreram já em princípios da década de sessenta (Antunes, 2000; Castells, 2000; Harvey, 2008; Kumar, 1997). Nesta época, a recuperação do parque produtivo e da economia dos países da Europa Ocidental e do Japão já tinha se completado e grande parte dos seus esforços caminhava no sentido da busca de mercados de exportação para seus produtos. Ao mesmo tempo, um grande número de países do terceiro mundo (da América Latina, em particular) modificava suas políticas de substituição de importações

visando sua inclusão no mercado internacional. Como decorrência destes dois processos, a competição internacional se intensificou brutalmente e teve significativos impactos para as economias industrializadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, a ocorrência de déficits comerciais na balança de pagamentos, no ano de 1961, apontava, claramente, a necessidade de uma reação por parte do capital. Tal reação se constituiu na forma de novas racionalizações da produção, na incorporação de novas tecnologias e na redução de custos e salários. Com relação a estas estratégias, alguns aspectos devem ser destacados. O primeiro diz respeito ao fato de que as novas tecnologias utilizadas mantinham, em grande parte, a concepção fordista de organização da produção, ou seja, buscavam acelerar o parcelamento das funções e intensificar o ritmo de trabalho. Cumpre dizer, no entanto, que "a nova geração de trabalhadores que entrava no mercado de trabalho estava habituada a padrões relativamente elevados de consumo e com um nível educacional que se chocava com as exigências idiotizantes da organização do trabalho" (Heloani, 2000, p. 75).

Neste sentido, a resistência dos trabalhadores se materializou em termos de uma "fuga do trabalho". Simplesmente, esta nova mão-de-obra não estava disposta a aceitar, ao contrário de seus pais, um tipo de tarefa desumanizante e frenética. Anthony Sampson (2007, p. 152) nos mostra que:

As tentativas de humanizar as grandes empresas não foram suficientes para atrair uma nova geração de estudantes que rejeitavam os benefícios sociais delas e as consideravam destruidoras do meio ambiente, opressoras de minorias e manipuladoras da demanda por meio da propaganda e do patrocínio. Eles estavam com muito menos medo do desemprego que seus pais e desiludidos com o materialismo e a dependência da sociedade de consumo.

Em uma perspectiva semelhante, Krishan Kumar (1997, p. 68) afirma que:

> *O modo exauriu seu potencial de crescimento. Esse fato é demonstrado principalmente pela produtividade declinante, na medida em que a intensificação taylorista-fordista do processo de trabalho gera retornos decrescentes, em parte por causa do aumento da alienação e resistência do trabalhador.*

Uma das consequências deste fenômeno denominado fuga do trabalho foi a redução dos níveis de produtividade das empresas. Conforme destaca Roberto Heloani (2000, p. 76) "esta evasão originou uma queda na produção e na produtividade, que contribuiu para o crescimento da relação capital investido por produto obtido". A importância deste fato está relacionada à ideia de que níveis decrescentes de produtividade, aliados a custos salariais e de produção altos, bem como uma demanda agregada reduzida, geram, necessariamente, reduções nas margens de lucros das empresas. Neste sentido, Reinaldo Gonçalves (1999) nos mostra que a taxa média de lucro das empresas norte-americanas caiu de um patamar de 20% no período 1947-69 para o nível de 12,4% em 1970-83. Não é de se estranhar, portanto, que na época, e ainda hoje, a atratividade das aplicações financeiras superava imensamente os investimentos em produção. A incapacidade da economia real em proporcionar taxas de lucro adequadas aliadas ao processo inflacionário provocado pela guerra do Vietnã fazia com que grande parte dos recursos fosse transferida para o mercado financeiro.

Conforme Ricardo Antunes (2000), a queda na lucratividade das empresas e, principalmente, a sua incapacidade potencial de recuperação, fez com que as taxas de acumulação de capital fossem sensivelmente reduzidas. Neste sentido, as possibilidades de crescimento da produtividade e da produção, base de sustentação do paradigma fordista, ficaram ainda mais limitadas. Com relação a este aspecto, Manuel Castells (2000) nos mostra que as taxas médias de crescimento no período de 1973-93, baixíssimas nos EUA e Canadá, estiveram sempre em patamares inferiores a 2% da produtividade total dos fatores. Se compararmos estes valores com aqueles atingidos durante a época de ouro do fordismo (1945-73) veremos que as diferenças são gritantes.

O problema da redução dos níveis de produtividade diz respeito, basicamente, à ideia de que eles serviam como um referencial na formulação das políticas salariais das empresas. De acordo com a concepção fordista, os ganhos de produtividade alcançados pelas organizações produtivas eram, em parte,

repassados aos ganhos salariais dos trabalhadores. O objetivo básico dessa estratégia era a criação de um mercado de massa para os produtos fabricados por essas empresas (norma salarial fordista). Como os níveis de produtividade começaram a apresentar baixas taxas de crescimento, os ganhos salariais por parte da classe trabalhadora também foram ínfimos. O impacto mais imediato disto é uma relativa redução do nível de renda da população e o consequente decréscimo da demanda. Se aliarmos a isto o aumento da competição internacional e do custo dos insumos, veremos que a situação das empresas, nesta época, era extremamente delicada. Ao ver seus mercados consumidores reduzirem-se sensivelmente, e consequentemente sua própria lucratividade, a estratégia das empresas constituía-se em novas reduções de custos, criando-se um círculo vicioso do qual não podiam sair. Ao mesmo tempo, a redução e a variação sistemática da demanda decretava definitivamente o fim do consumo de massa. Cumpre dizer que a ideia de produção de massa para mercados estáveis de consumo invariantes tinha chegado ao fim.

Tendo em vista as dificuldades de expansão da esfera produtiva-real das economias capitalistas maduras (insuficiência de demanda agregada), as estratégias utilizadas pelo capital foram bastante variadas. Em primeiro lugar, buscou-se uma ampliação dos mercados consumidores via gastos estatais. A velha política keynesiana do intervencionismo estatal buscava, mais uma vez, resolver os problemas do capitalismo. O problema residia, no entanto, na dificuldade do Estado em captar recursos para se manter como o agente regulador da economia. Como grande parte das empresas apresentava queda de lucratividade, ele passou a sofrer reduções substanciais em suas receitas fiscais que, em teoria, manteriam a economia em funcionamento. Com a política fiscal debilitada, a saída estatal estava, segundo Harvey (2008, p. 136) "na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável". Não é necessário dizer que tal política teve, como uma de suas consequências fundamentais, o aumento generalizado da inflação e a queda do poder aquisitivo do dólar. De qualquer forma, o "*ímpeto da expansão do pós-guerra se manteve no período 1969-1973 por uma política monetária extraordinariamente frouxa por parte dos Estados Unidos e da Inglaterra*" (Harvey, 2008, p. 136). Não se deve pensar, no entanto, que o surto inflacionário tenha ultrapassado o ano de 1973. Medidas governamentais tomadas no governo Richard Nixon, aliadas aos efeitos da decisão da OPEP em reduzir a produção de petróleo, terminaram por lançar a economia norte-americana em um período de forte deflação (1973-1975).

O Estado não saiu, no entanto, ileso de qualquer tipo de responsabilidade. A partir desta época, os questionamentos com relação ao seu papel se tornaram cada vez mais frequentes. Caminhando nesta direção, Castells (2000, p. 101) defende que:

> *A crise real dos anos 70 não foi a dos preços do petróleo. Foi a da inabilidade do setor público para continuar a expansão de seus mercados e, dessa forma, a geração de emprego sem aumentar impostos sobre o capital nem alimentar a inflação, mediante a oferta adicional de dinheiro e o endividamento público.*

Dentre os críticos mais representativos do papel do Estado podemos destacar aqueles provenientes da Escola de Chicago. Retomando um discurso liberal, inspirado nos trabalhos de Milton Friedman e de Friedrich Hayek, advogavam o fim do Estado intervencionista keynesiano. De acordo com estes autores, os governos deveriam privatizar suas empresas estatais, desregulamentar seus mercados de trabalho, reduzir gastos com mecanismos de amparo social como previdência social, seguro-desemprego, entre outros, e abrir seus mercados ao capital estrangeiro, além de liberalizar o câmbio com vistas a facilitar o movimento internacional de capitais.

Em decorrência da impossibilidade do Estado em assumir o papel de agente regulador da economia, como foi explicitado acima, a ampliação dos mercados consumidores teve de tomar outros caminhos. Assim, "o verdadeiro desafio para as empresas e o capitalismo como um todo era encontrar novos mercados capazes de absorver uma crescente capacidade de produção de bens e serviços" (Castells, 2000, p. 101).

A resposta para tal enigma encontrava-se na expansão do comércio internacional de bens e serviços, no aumento dos fluxos de investimento externo direto e das relações contratuais, bem como na atuação

de empresas transnacionais. São representativos, portanto, os dados apresentados por Castells sobre o aumento da participação do comércio internacional na fabricação de produtos manufaturados. Segundo o autor, "a proporção de produtos manufaturados comercializados internacionalmente na produção total do globo foi de 15,3% em 1973, 19,7% em 1980, 22,2% em 1988" (p. 102). Da mesma forma, a economia internacional passou a apresentar altas taxas de crescimento dos investimentos externos diretos. É representativo deste fato, portanto, a ideia de que somente no ano de 1992 a quantidade de investimentos estrangeiros diretos tenha atingido valores da ordem de US$ 2 trilhões.

A expansão de novos mercados, conectando os segmentos produtivos de cada país a uma rede global, necessitava, no entanto, de dois fatores extremamente importantes. O primeiro diz respeito aos desenvolvimentos tecnológicos associados à revolução da informática e das telecomunicações. Como resultado deste processo, "as operações produtivas e financeiras tornaram-se significativamente mais baratas, ao mesmo tempo que se reduziram os custos de coleta de informações e de monitoramento dos mercados de capitais e de controle das operações produtivas no mundo" (Gonçalves, 1999, p. 29).

Além da evidente redução dos custos das operações financeiras e produtivas, a emergência de um novo paradigma produtivo, baseado em grande parte na primazia da informação sobre a técnica, fez com que a própria noção de informação/conhecimento se transformasse na mercadoria do novo processo produtivo.

O segundo fator importante na expansão dos mercados e que está, de certa forma, relacionado aos desenvolvimentos tecnológicos, é o aumento da mobilidade dos capitais dentro da economia internacional. Como foi ressaltado acima, a situação do capitalismo mundial em princípios da década de setenta era extremamente delicada. Por um lado, as empresas sofriam um aumento significativo da concorrência de produtos estrangeiros gerando, por consequência, excessos de capacidade de produção. Por outro lado, a forte resistência do operariado, materializada pelo fenômeno da fuga do trabalho, fazia com que os níveis de produtividade caíssem substancialmente. Todos estes fatores, aliados ao aumento dos insumos de produção (petróleo principalmente) e do recrudescimento do processo inflacionário, fizeram com que a lucratividade das empresas reduzisse bastante. Frente a tal realidade, os esforços das instituições financeiras caminharam no sentido de ampliar suas possibilidades de investimento fora da esfera produtiva-real buscando, assim, melhores taxas de retorno para o seu capital. Neste sentido, Antunes (2000, p. 29) nos mostra que uma das expressões mais importantes da crise estrutural do capital durante a década de setenta foi, exatamente, a "hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos". Não é de se estranhar, portanto, que Hans Martin e Harald Schuman (1998) tenham se espantado com o atual volume de dinheiro circulante dentro do mercado financeiro internacional. Segundo os autores, o volume diário normal de trocas monetárias transitava, em 1996, com algo em torno de 1,5 trilhão de dólares, ou seja, quase que o PIB anual da Alemanha naquele ano.

A crescente importância do mercado financeiro em nível mundial teve como um de seus principais resultados, a pressão junto aos diversos países na direção de liberalização cambial e de desregulamentação de seus mercados de capitais. Cumpre ressaltar, no entanto, que tais estratégias, aliadas a utilização maciça de novas tecnologias da informação, fizeram com que a vulnerabilidade destes países aumentasse consideravelmente.

Conforme destaca Ferreira (1993, p. 18),

> *a evolução da crise de esgotamento do fordismo – já desde meados dos anos 1970, e ganhando contornos mais nítidos no decorrer dos anos 80 – foi portadora de algumas transformações importantes que, segundo alguns autores, apontam para a emergência de uma nova conjuntura histórica.*

É dentro desta perspectiva que surgem as discussões a respeito da ideia de reestruturação produtiva. Segundo Maria Nabuco e Antônio Carvalho (1999), "a chamada reestruturação produtiva consiste... em inovações tecnológicas e organizacionais e no enxugamento das estruturas de tipo fordista, tanto vertical (*downsizing*) quanto horizontalmente" (p. 162).

Dentre as inovações de caráter tecnológico, poderíamos ressaltar o aparecimento de microprocessadores e novas tecnologias da informação. Com relação as modificações de caráter organizacional, poderíamos destacar as mudanças ocorridas na organização da produção e na gestão da mão-de-obra.

No que diz respeito a realidade brasileira, Giovanni Alves (2000) aponta que o país já passou por dois processos de reestruturação produtiva. O primeiro, denominado pelo autor como "toyotismo restrito", ocorreu durante a década de oitenta como decorrência do processo recessivo de 1981 a 1983. O segundo, denominado "toyotismo sistêmico", teve seu início no governo Fernando Collor e tem caracterizado a forma de organização da produção das empresas brasileiras.

Com relação ao primeiro processo de reestruturação produtiva, ou seja, do "toyotismo restrito", Alves (2000) ressalta o seu caráter extremamente seletivo e particularizado. Cumpre-se dizer que instalou-se em algumas partes específicas do processo produtivo, não modificando, substancialmente, aquilo que já vinha sendo feito. A origem deste processo está relacionada a situação da economia brasileira no início da década de oitenta. Em decorrência de problemas com o pagamento da dívida externa e com a balança de pagamentos, o governo se viu obrigado a adotar medidas recessivas na economia do país. O processo recessivo impactou negativamente a demanda interna do país e fez com que as empresas brasileiras tivessem que direcionar seus esforços para o mercado externo. O impacto da concorrência com produtos originários de outros países fez com que as empresas tivessem que se preocupar com aspectos antes negligenciados como qualidade e custo.

As primeiras estratégias do capital, implementadas no início da década de 1980, dizem respeito, principalmente, a algumas poucas inovações organizacionais inspiradas do "modelo japonês". É neste sentido que pode ser observada a implantação de programas de controle de qualidade e controle da produção, como o CCQ-Circuito de Controle de Qualidade -, baseado na participação dos colaboradores na identificação e solução de problemas relacionados ao processo produtivo, com objetivo de melhorar a qualidade da produção; e o modelo *Just-in-Time*, que visa otimizar processos, ao produzir somente o necessário e evitando a formação de estoques. O aspecto restritivo desta estratégia diz respeito ao fato de que tais "ferramentas" eram aplicadas de forma parcial e política.

Logo no final da década de 1980, outras inovações foram implementadas dentro do ambiente da fábrica. Estas inovações dizem respeito, basicamente, à implantação de tecnologias de microeletrônica dentro do processo produtivo. Cabe ressaltar, no entanto, que o objetivo intrínseco desta implantação era o de "acelerar" o processo de produção não modificando, substancialmente, o caráter taylorista-fordista da linha de produção.

O segundo momento do processo de reestruturação produtiva, ou seja, aquele denominado por Alves (2000) como toyotismo sistêmico, tem início no começo da década de noventa. Neste momento, há um processo de busca de integração da economia brasileira com o restante do mundo, tendo como um dos objetivos a redução do processo inflacionário e a adequação dos produtos brasileiros aos padrões de qualidade demandados pelos países estrangeiros. De acordo com isto, o imperativo da qualidade e da produtividade passa a ser necessidade para as empresas brasileiras fazendo com que elas tenham de adotar estratégias cada vez mais eficientes frente a concorrência internacional.

NEOLIBERALISMO E RAZÃO DE GOVERNO

No bojo da reestruturação produtiva, o neoliberalismo pode ser compreendido como um novo estágio do capitalismo, que tem seu início na década de 1970 e que expressa "a estratégia das classes capitalistas aliadas aos administradores do alto escalão, especificamente no setor financeiro, de reforçar sua hegemonia e expandi-la globalmente" (Duménil & Lévy, 2014, p. 11). Para Harvey (2011), o neoliberalismo é uma teoria das práticas político-econômicas que tem, como fundamento, a promoção da liberdade e das possibilidades de se empreender, a defesa do livre mercado, além também de um papel determinado e específico do Estado. Este teria, como função, criar e preservar um arranjo institucional que garantisse a estrutura e funcionamento do livre mercado e nada mais que isso. As intervenções do

Estado deveriam ser mínimas, pois entende-se que o mesmo poderia distorcer a dinâmica própria de funcionamento do mercado. No entanto, para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo, antes mesmo de ser uma política econômica ou uma ideologia, é uma racionalidade, que tem como elemento fundamental, a generalização da concorrência como norma de conduta e modelo de subjetivação. Trata-se de produzir um sistema baseado na lógica de funcionamento do mercado, que deve nortear o funcionamento de toda a sociedade, desde o Estado até mesmo a organização subjetiva dos indivíduos.

Aqui está implicada a noção de governo (ou governamentalidade), que norteia a análise que Michel Foucault (2008) faz da arte liberal de governar, desenvolvida a partir do século XVIII. Para o autor, a noção de governo trata do conjunto de ações e atividades pelas quais tem-se, como objetivo, conduzir ou dirigir a conduta dos homens. Sob essa perspectiva, o neoliberalismo, compreendido como razão de governo, ganha um espaço de ação profundamente pulverizado e capilarizado, nas quais não só as instituições os produzem, reproduzem e difundem seu discurso e sua razão normativa, mas também os indivíduos em suas vidas cotidianas. O governo neoliberal buscaria intervir na sociedade com objetivo de constituir mecanismos concorrenciais para que estes possam ter papel regulador na dinâmica da sociedade (Foucault, 2008). "Vai se tratar portanto, não de um governo econômico, como aquele com que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é o governo econômico, é um governo de sociedade" (Foucault, 2008, p. 199).

Dardot e Laval (2016) apontam que a governamentalidade neoliberal produz os sujeitos adequados ao seu modo de funcionamento por meio do governo de suas condutas, de modo que os sujeitos se subjetivem como entidades de competição. Por isso, devem maximizar seus resultados, aceitar a exposição a riscos e devem assumir inteira responsabilidade por eventuais fracassos. "Empresa é também o nome que se deve dar ao governo de si na era neoliberal" (Dardot & Laval, 2016, p. 328).

O governo empresarial, tendo em vista seu caráter bastante abrangente, permite a constituição de uma narrativa que articula um discurso de solo comum, que passa pela redefinição da conduta dos sujeitos e que prescreve comportamentos. Nesse sentido, a cultura da empresa demanda uma nova subjetividade, que opere de acordo com essa normatividade, gestada pela nova razão de governo do mundo. Por esse contexto, podemos assumir que, para se colocar em curso tais prescrições, serão necessárias formas específicas de gestão e intervenção, portanto formas específicas de governo, que terão em seu horizonte de atuação a captura da subjetividade dos sujeitos e implantação de um código de conduta baseados na normativa neoliberal.

O GERENCIALISMO COMO DISPOSITIVO NEOLIBERAL

Segundo Gerard Duménil e Dominique Lévy (2014), o neoliberalismo influenciou fortemente o campo gerencial em favor das tendências financeiras. A classe gerencial, em especial a mais alta, participou ativamente da formação da implantação dessas novas tendências sociais pela expectativa de remunerações mais altas. "De fato, a imposição do neoliberalismo teria sido impossível não fora a nova aliança entre propriedade e gerência nas camadas superiores da pirâmide social" (Duménil & Lévy, 2014, p. 87).

Junto à classe gerencial, o gerencialismo se desenvolve com um conjunto de técnicas e ideias com vistas a racionalizar processos organizacionais. Essas técnicas compreendem práticas de direção de empresas e discursos sobre modos de organizar a produção e conduzir pessoas (Gaulejac, 2007). O gerenciamento de empresas e suas tecnologias gestionárias traduzem em suas práticas de gestão o que Vincent Gaulejac (2007) chama de *ideologia gerencialista,* que busca, sob a aparência de racionalidade, levar objetividade e pragmatismo aos processos organizacionais. Por esta via, os recursos humanos devem ser geridos como uma variável passível de flexibilização, tendo em vista atender às demandas concorrenciais do mercado.

As equipes necessitam agora de grande capacidade de adaptação, de flexibilidade e resistência à competição. Devem tornar-se agentes sociais do desempenho e a empresa agora deve tornar-se ideal comum de qualquer trabalhador (Gaulejac, 2007). Em todos os níveis hierárquicos, do alto escalão ao

baixo, todos devem operar segundo uma lógica empresarial, baseada no cálculo utilitário de suas ações, devem estar sempre vigilantes e atentos à dinâmica competitiva da vida empresarial. Devem, pela via racional, fazer análises das condições as quais estão sujeitos para delas extrair as melhores oportunidades, ganhando assim a possibilidade de alçar outros patamares em suas carreiras.

Por meio desse dispositivo de discurso gerencial, toda uma série de valores ganham espaço na cultura, de forma que a figura ideal do gerente passa a se infiltrar e ter grande pregnância na constituição de valor de ideal de conduta a ser atingido na vida comum. A concepção da vida como *uma aventura empreendedora*, marcada pela busca incessante pelo sucesso financeiro e pela ascensão a posições de poder são pontos que podemos destacar. A isso, Gaulejac (2007) chama de ideologia gerencialista, Alain Ehrenberg (2010) de culto da performance ou cultura do *management*. Este ideal constitui a imagem de que, como no campo da empresa, teríamos, em nossas vidas cotidianas, condições de aplicar o receituário gerencial, de forma que possamos ser mais produtivos, arrojados nos objetivos e metas das nossas próprias vidas, tal como um gerente que visa atingir sucesso em sua atuação como gestor de uma empresa, que busca racionalizar processos e extrair o máximo de produtividade. Todos devem estar habilitados a assumir riscos e se responsabilizar por eles, devem ser capazes de resolver problemas complexos, suportar pressão e estresse para que possam, a cada oportunidade, maximizar seus investimentos, sendo esses investimentos entendidos tanto como investimentos financeiros, quanto como investimentos na própria imagem de si.

Ana Paes de Paula e Thomaz Woods (2010) apontam três mudanças fundamentais na cultura que dão as condições para a emergência do culto da performance: os dirigentes de empresas deixam de ser associados à figura daquele que explora o trabalho para se transformarem em símbolo de sucesso; o consumo deixa de ocupar o lugar de símbolo da alienação para se tornar a forma ou o caminho para se realizar socialmente, e terceiro, os atletas, astros do esporte passam a constituir fulcro para a imagem do gestor de sucesso com suas narrativas de superação, determinação, disciplina, controle do corpo e das emoções. Os autores apontam, ainda, que os três elementos, a saber: concorrência empresarial, consumo de massa e competição esportiva ajudaram a transformar os valores e comportamentos da sociedade. Além disso, Eugene Enriquez (2000) aponta como efeito do avanço do modelo empresarial, o esvaziamento das referências de identificação como o Estado, a classe social e a família. A empresa torna-se o ator principal da sociedade e exporta seus valores e sua visão de mundo.

Para Gaulejac (2007), o poder gerencialista, diferente do exercício de poder disciplinar sobre os corpos, busca mobilizar a economia libidinal dos sujeitos, a serviço da empresa. Dardot e Laval (2016) apontam que o discurso *psi* teve papel importante na implantação destes valores empresariais na sociedade, pois cumpriu uma função de tecnologia intelectual que instrumentalizou concepções e técnicas de intervenção baseada em saberes relativos à constituição interna dos sujeitos. Esses saberes e suas técnicas correlatas deram às instituições os meios para dirigir sujeitos.

Sobre essa relação entre o *saber psi* e neoliberalismo, David Pavón-Cuéllar (2017) aponta que o neoliberalismo demanda certos pressupostos antropológicos e psicológicos para operar socialmente. Segundo o autor, o desvanecimento do que é sólido é levado às últimas consequências no campo da especulação do mercado financeiro, consonante com a abstração de seus termos e da psicologização do capitalismo neoliberal. "O predomínio do psicológico, do mental sobre o material, do pensado e sentido sobre o existente poderia vincular-se estreitamente com a primazia econômica do virtual sobre o real, dos bancos sobre as fábricas, da especulação financeira sobre a produção industrial" (Pavón-Cuéllar, 2017, p. 596). Ainda segundo o mesmo autor, as ações do sujeito neoliberal se caracterizam pela aparência de indeterminação externa e autodeterminação individual, como se dependessem unicamente de si e de seu psiquismo para agir, como se fossem indivíduos sem limitações, sem gravidade (Melman, 2003; Pavón-Cuéllar, 2017).

A demanda neoliberal de flexibilidade e adaptabilidade incide sobre todos os âmbitos da vida de todos sujeitos. O discurso gerencial opera como orientador, como princípio e como referência que conduz os sujeitos para que possam operar socialmente. Suas escolhas devem ser adaptadas às necessidades de

cada momento, porém flexíveis o suficiente para que não ofereçam rigidez, para que não pesem e que não demandem comprometimento excessivamente longo (Lebrun, 2008).

A DEPRESSÃO E A ANSIEDADE COMO PATOLOGIAS DA NORMALIDADE

O discurso de sucesso associado ao modelo da empresa e à figura do gerente-líder, como ideal de subjetivação, ganhou amplo espaço na cultura. Junto a esse discurso, um mercado se constituiu em torno de atividades, intervenções e vivências com foco no desenvolvimento de pessoas, tendo como fundamento o culto da performance. Temos hoje uma profusão de metodologias e técnicas de intervenção que mesclam teorias e técnicas psicológicas à retórica do campo empresarial, de gestão de pessoas e até mesmo a elementos da espiritualidade oriental, como o budismo, com objetivo de produzir desenvolvimento pessoal e profissional. A oferta de tantas técnicas de adaptação da subjetividade contam com a anuência dos indivíduos, que procuram ativamente se encaixar e se adequar, por serem atividades compreendidas no campo do desenvolvimento e investimento pessoal. Noções e termos como autodesenvolvimento, foco em resultados, quebra de crenças limitantes, uso de técnicas motivacionais, a ideia de zona de conforto - e uma permanente vigilância para não permanecer nela- entre outros tantos jargões dessa psicologia empresarial, vão paulatinamente constituindo e reconstituindo o modo mesmo de reconhecimento e relação do sujeito a si e a um outro.

O discurso gerencial envolve múltiplas técnicas que propõem um trabalho do eu para facilitar a "eclosão do homem-ator de sua vida". A vida na empresa é considerada em si mesma uma "formação", o lugar onde se adquire certa sabedoria prática, o que explica o fato de as autoridades políticas e econômicas enfatizarem tanto a participação de todos na vida da empresa, desde a mais tenra idade. (Dardot & Laval, 2016, p. 338)

O *coaching*, por exemplo, é um processo que usa de uma série de conhecimentos e técnicas de diversas áreas do conhecimento como psicologia, administração e gestão de pessoas para compor seus recursos metodológicos que, por meio da aplicação de técnicas, intencionam o fortalecimento do eu e efeito de adaptação à realidade. O processo tem, também, como objetivo, desenvolver habilidades, produzir aumento de performance e desenvolvimento "de excelência" tanto no âmbito da vida pessoal como profissional.

A busca pela excelência, eficiência, competência, pelo alto desempenho e produtividade no trabalho são habilidades que devem ser desenvolvidas porque são entendidas como êxito, tal como descreve Enrique Guinsberg (1994). Os sujeitos se esforçam para atender a essas demandas, buscando incessantemente se adequar.

Pavón-Cuéllar (2017) afirma que o espaço do sujeito acaba por ser obturado por objetos próprios da psicologização neoliberal. Esse tipo de psicologização produz dessubjetivação e coisificação dos sujeitos, efeito inerente ao neoliberalismo segundo o autor. Termos como motivação, assertividade, tipos de inteligência, perfil de personalidade, entre outros, não apenas neutralizam a esfera de ação política, produzindo despolitização, como também afastam os sujeitos do mundo material e estrutural, excluindo dimensões fundamentais da existência e do desejo pulsional. Esse processo de (des)subjetivação e adaptação "implica ser normal, ou seja, não questionar as exigências e modos de vida que lhe são oferecidos para que se viva cada vez mais confortável e integrado" (Guinsberg, 1994, p. 27). Nesse contexto, o desejo e o exercício da liberdade são capturados, operacionalizados e direcionados, de modo que os próprios sujeitos investem seus recursos para aprender técnicas de autogestão, convertidas em instrumentos de dominação de si. O objetivo? Atingir máxima eficiência, eficácia, melhora da performance e alta produtividade. Portanto, ser 'normal' significa estar adaptado, mesmo que isso implique em altos níveis de ansiedade, insatisfação crônica e mal-estar generalizado (Pavón-Cuéllar, 2017).

Podemos articular essas exigências de performance, próprias da razão neoliberal, com reflexões sobre o sofrimento psíquico na contemporaneidade, considerando os impactos subjetivos decorrentes dessa exigência constante por adaptação. Essa subjetividade moldada pelo imperativo da adaptação

produz algo que poderíamos chamar de uma patologia normal da vida cotidiana, cujas expressões mais frequentes são a depressão e os transtorno de ansiedade.

Segundo relatório publicado pela OMS (2022, p. 40) cerca de 970 milhões de pessoas, considerando a população mundial, sofrem com a algum transtorno mental. Dentre esses, os transtornos ansiosos representam a maior parcela, com cerca de 31% dos diagnósticos, seguidos pelos transtornos depressivos, com 28,9%. No contexto brasileiro, Valéria Brito et al. (2022, p. 2) identificam uma prevalência de 4,3% para os transtornos depressivos, condição associada às principais causas de incapacidade laboral e forte correlação com mortalidade por suicídio.

Embora a etiologia dos transtornos depressivos envolva múltiplos fatores, nosso enfoque está na interface entre o sofrimento psíquico e as transformações sociais ocorridas no contexto da reestruturação produtiva. Partimos do pressuposto de que as mudanças na organização e gestão do trabalho tem produzido alterações significativas na cultura e nos processos de subjetivação, criando condições particulares para a manifestação do mal-estar contemporâneo.

A norma instituída pela razão neoliberal de competição generalizada, de necessidade de correr riscos e estar sujeito a todo e qualquer resultado que possa decorrer, a razão de ilimitação e superação contínua de barreiras encontra suas fronteiras quando os sujeitos que nela operam sucumbem pelas impossibilidades de levar a cabo a difícil tarefa de estar à altura de tais exigências.

Maria Rita Kehl (2009) defende a hipótese de que a depressão pode ser compreendida como um sintoma social que expressa o mal-estar na cultura contemporânea. A depressão, segundo Kehl (2009 p. 22), "é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social". Em oposição à aceleração do tempo da produtividade, o tempo lento do deprimido, sua recusa à atividade, seu recolhimento e silêncio desconstituem e fazem frente à possibilidade de adaptação a esse horizonte de ideal normativo. De certo modo, o mal-estar proporcionado pelo sofrimento depressivo, que se constitui nessa trama de demandas excessivas de performance, também põe em questão a crença na possibilidade de que, por meio de técnicas adaptativas, os ruídos de uma forma de vida tão extenuante possam ser equalizados. O sofrimento depressivo "expressa o lugar de exceção que [o sujeito depressivo] ocupa entre os que se consideram adaptados às exigências contemporâneas da felicidade. O depressivo é incapaz de corresponder aos desígnios do Outro nas sociedades regidas pelo imperativo da felicidade, da predisposição permanente a divertir-se e a gozar" (Kehl, 2009, p. 194).

Já para Maria Teresa Pinheiro, Rogério Quintella e Júlio Vertzman (2010), a depressão pode ser compreendida como efeito do lugar que o sujeito situa o discurso sobre si. Essa posição do sujeito contemporâneo no discurso sobre si muitas vezes está referido ao que os autores chamam de "Crença Narcísica". Antes de avançarmos, vale especificar a noção de narcisismo.

O narcisismo como entendido por Freud, diz respeito a uma série de vivências e experiências da mais tenra infância, que, por meio da relação com o outro parental e de todo o investimento pulsional dispensado à criança, constitui o eu como imagem de si. O eu, para Freud não é uma instância natural. O eu é fundado na relação com o outro, e o discurso parental hiper investirá sobre a criança suas idealizações e seus anseios, inaugurando o eu, marcado pela onipotência, a 'sua majestade o bebê', tal como Freud explicita (Freud, 2010).

A posição do sujeito subjugado à crença narcísica revela um tipo de organização subjetiva que toma como referência a onipotência do eu dada pelo investimento do outro parental na constituição do sujeito (Pinheiro et al., 2010). O que isso significa? Significa que o sujeito conserva a posição narcísica oriunda das primeiras vivências com o outro parental e não abre mão da perda do objeto. Nesse sentido, a depressão configura-se como uma negação do desejo, que relega ao sujeito um sofrimento marcado pela dificuldade de elaborar sua condição transitória, limitada, falha (Pinheiro et al., 2010). Numa sociedade que instila nos sujeitos a ideia de que basta querer, basta se esforçar que a realidade se abrirá aos seus anseios, encontrar uma pedra no caminho é fatal.

A psicologização que afasta os sujeitos do mundo da experiência e das possibilidades de elaboração adequadas ao tempo psíquico constitui uma ilusão de onipotência que infla e mantém as crenças

narcísicas. A noção de implicação dos sujeitos ao próprio desejo, a noção de tempo de espera necessário para construção de uma vida, de acúmulo de experiências num horizonte futuro, fenecem pelo imediatismo contemporâneo. Sua experiência, obturada pelas prescrições comportamentais, de relação a si e de autocontrole vão, à cada dia, empobrecendo e limitando os recursos dos sujeitos para fazer frente a essa forma de vida. Se a administração e o governo incidem tão profundamente na alma, almejando tamanho controle sobre os indivíduos, algo que não se permite dominar, resta, sejam sintomas, sejam outras formas de resistência à dominação.

O ideal neoliberal de autorrealização e autoprodução do eu como empresa de si choca-se frontalmente com as condições precárias do trabalho e as dificuldades crescentes de inserção profissional, seja pelo desaparecimento de vagas de trabalho, seja pelo acirramento da competição pelas vagas remanescentes. Nesse contexto de guerra econômica (Dejours, 2006), a competitividade é erigida como arma fundamental para os trabalhadores. Essa lógica que transforma o outro em concorrente permanente corrói não apenas os laços de solidariedade, mas as próprias condições de reconhecimento intersubjetivo do sofrimento. A individualização dos riscos sociais, dispositivo central da governamentalidade neoliberal, opera uma conversão de problemas estruturais em falhas individuais e crises sistêmicas em testes de resiliência pessoal. Quando condições de trabalho precarizadas, a instabilidade econômica e uma série de vulnerabilidades estruturais são reinterpretadas como desafios pessoais, elimina-se a noção de responsabilidade social, altera-se a própria noção de responsabilidade do Estado, dissolvendo a ideia de coletividade e solidariedade. Como aponta Cristophe Dejours (2006, p. 17), "é mediante o sofrimento no trabalho que se forma o consentimento para participar do sistema", ou seja, quanto mais o sujeito é incitado a se explorar e agir pelo seu poder de auto superação, mais se isola e mais recai sobre si o peso do fracasso.

Em suma, as forma de vida contemporânea normalizam progressivamente o sofrimento psíquico, produzindo uma releitura das condições nas quais sua experiência de sofrimento seria administrável. O aumento exponencial da medicalização evidencia tal dinâmica. Esse fenômeno revela as estratégias paradoxais empregadas para sustentar o ideal neoliberal de subjetivação e os impasses para sua realização. A medicalização constitui uma tecnologia do dispositivo de governo neoliberal que cumpre dupla função: paliativo para o sofrimento gerado pela degradação dos vínculos sociais e uma função de otimização cognitiva (*enhacement)*, tal como descreve Ehrenberg (2010). Seja por fármacos prescritos, seja por uso de outras substâncias psicotrópicas, o fenômeno revela um paradoxo importante: a demanda por subjetividades livres e autônomas que, no limite, só podem funcionar por meio de suporte químico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo demonstrou como o neoliberalismo remodelou as tecnologias de gestão do trabalho, transformando não só as relações laborais, mas a própria subjetividade dos trabalhadores. Como um dispositivo de governo, o gerencialismo reformulou e reorganizou o campo discursivo organizacional, redefinindo o que é uma empresa, os papeis a serem desempenhados e, sobretudo, as condutas desejáveis no mundo do trabalho.

Ao analisar a produção de subjetividades a partir dos valores empresariais, sustentamos que as implicações subjetivas geram um sofrimento generalizado, uma patologia comum, oriunda da pressão constante por desempenho e resultados, o que contribui significativamente para o aumento dos diagnósticos de transtornos mentais como a depressão e os transtornos de ansiedade. Nesse sentido, a depressão e os transtornos de ansiedade emergem não como falhas individuais, mas como sintoma de uma organização social que explora o sofrimento e o utiliza como combustível produtivo.

Os dados apresentados apontam para a urgência de se questionar o modelo vigente para pensar modelos alternativos de gestão de organizacional, que não se sustentem às custas do sofrimento e da degradação das relações humanas.

REFERÊNCIAS

Alves, Giovanni (2000). *O novo* (*e precário*) *mundo do trabalho* – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. FAPESP; Boitempo.

Antunes, Ricardo (2000). *Os sentidos do trabalho:* ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo.

Brito, Valéria C., Bello-Corassa, R., Stopa, S. R., Sardinha, L. M. V., Dahl, C. M., & Viana, M. C. (2022). Prevalência de depressão autorreferida no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde 2019 e 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde, 31*(nspe.1), e2021384. https://doi.org/10.1590/SS2237-9622202200006.especial

Castells, Manuel (2000). *A Sociedade em Rede* (4ª ed.) Paz e Terra.

Dardot, Pierre & Laval, Christian (2016). *A nova razão do mundo:* ensaio sobre a sociedade neoliberal. Boitempo.

Dejours (2006). *A banalização da injustiça social* (7ª ed.). Fundação Getúlio Vargas.

Duménil, Gerard & Lévy, Dominique (2014). *A crise do neoliberalismo*. Boitempo.

Ehrenberg, Alain (2010). *O culto da performance:* da aventura empreendedora à depressão nervosa. Ideias e Letras.

Enriquez, Eugene (2000). Vida psíquica e organização. In F. Mota & M. Freitas (Org.), *Vida psíquica e organização* (pp. 72-89). Editora FGV.

Ferreira, C. G. (1993). *O Fordismo, sua crise e o caso brasileiro*. Cedeplar (Texto para discussão n° 65). https://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2065.pdf

Foucault, Michel (2008). *Nascimento da biopolítica*. Martins Fontes.

Freud, Sigmund (2010). *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos* [1914-1916]. *Obras completas, vol. 12*. Companhia das Letras.

Gaulejac, Vincent (2007). *Gestão como doença social*. Ideias e Letras.

Gonçalves, Reinaldo (1999). *Globalização e Desnacionalização*. Paz e Terra.

Guinsberg, Enrique (1994). Psico(pato)logia del sujeto en el neoliberalismo. *Tramas*, *6*(2), 21-35.

Han, Byung-Chul (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.

Harvey, David (2008). *Condição pós moderna.* Edições Loyola.

Harvey, David (2011). *O neoliberalismo:* história e implicações. Edições Loyola.

Heloani, Roberto (2000). *Organização do Trabalho e Administração:* Uma visão multidisciplinar (3ª ed.) Cortez.

Kehl, Maria Rita (2009). *O tempo e o cão:* a atualidade das depressões. Boitempo.

Kumar, Krishan (1997). *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Moderna*. Jorge Zahar.

Lebrun, Jean-Pierre (2008). *O futuro do ódio.* CMC.

Marcuse, Herbert (2015). *O homem unidimensional:* estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Edipro.

Martin, Hans-Peter & Schumann, Harald (1998). *A armadilha da globalização.* Globo.

Melman, Charles (2003). *O homem sem gravidade:* gozar a qualquer preço. Companhia das letras.

Nabuco, Maria R. & Carvalho, Antônio (1999). *Relações de trabalho contemporâneas*. IRT/PUC.

World Health Organization (2022). *World Mental Health Report: Transforming metal heath for all.* https://www.who.int/publications/i/item/9789240049338

Paes de Paula, Ana Paula & Woods, Thomaz. (2010). O culto da performance e o indivíduo S. A. In *O culto da performance:* da aventura empreendedora à depressão nervosa (pp. 197-207). Ideias e Letras.

Pavón-Cuéllar, David (2017). Subjetividad y psicología en el capitalismo neoliberal. *Psicologia Política*, *17*(40), 589-607.

Pinheiro, Marisa Teresa da S., Quintella, Rogério R., & Vertzman, Júlio Sérgio (2010). Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, *22*(2), 147-168.

Sampson, Anthony (1997). *O homem da companhia:* uma história dos executivos. Cia das Letras.

Histórico	*Submissão: 11/02/2021* *Revisão: 17/04/2025* *Aceite: 24/05/2025*
Editor científico	*Dr. Antonio Euzébios Filho*
Contribuição dos autores	*Conceitualização: FYOU, AGE* *Curadoria de dados: FYOU, AGE* *Análise formal: FYOU, AGE* *Investigação: FYOU, AGE* *Metodologia: FYOU, AGE* *Escrita original: FYOU, AGE* *Escrita - revisão e edição: FYOU, AGE*
Financiamento	*Não houve financiamento*
Consentimento de uso de imagem	*Não se aplica*
Aprovação, ética e consentimento	*Não se aplica*